

doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.41.115.AO07>

Psicologia e o Centro de Referência de Assistência Social: uma metassíntese qualitativa

Psychology and the Social Assistance Reference Center: a qualitative metasynthesis

Catheline Rubim Brandolt
Universidade Federal de Santa Maria
<https://orcid.org/0000-0001-6000-8563>
cathelinerb@gmail.com

Dorian Mônica Arpini
Universidade Federal de Santa Maria
<https://orcid.org/0000-0002-1667-5112>

Resumo

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRASS) são unidades públicas localizadas no território mais próximo de famílias e indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco social decorrente da pobreza, fragilização de vínculos e/ou precário acesso a serviços públicos. Tal equipamento conta com a presença da psicologia na equipe de referência e têm sido um local bastante desafiador para a prática profissional. Assim, o presente trabalho tem como objetivo descrever e analisar a produção no contexto da pós-graduação brasileira a respeito do trabalho da psicologia no CRAS. Esta é uma pesquisa de revisão sistemática da literatura, do tipo metassíntese qualitativa, que buscou no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES produções no período entre 2005 a 2019 para análise. Os resultados e discussão foram organizados em três eixos: (1) Identidade profissional e o fazer-saber da psicologia no CRAS, (2) Documentos norteadores e seus (des)encontros para a prática no campo (3) Limites e desafios para a prática da psicologia. Acredita-se que a contribuição deste estudo foi justamente ter se debruçado sobre a trajetória das pesquisas nesse campo, tendo em vista que, na medida em que estudamos um fenômeno e o retratamos, podemos vê-lo de modo mais crítico e assim traçar novos rumos aos desafios que se apresentam. Compreende-se que há um caminho já percorrido, mas ainda, se faz necessário desprender-se deste discurso que se traduz mais pela falta e pelas fragilidades (isso não significa ignorá-las), fortalecendo a construção de novas práticas nos cotidianos dos CRASS.

Palavras-chave: Assistência Social; CRAS; Psicologia; Metassíntese qualitativa

Abstract

The *Centros de Referência de Assistência Social (CRASS - Brazilian Social Assistance Reference Centers)* are public unities located close to families and individuals who are in vulnerable situations and in social risk derived from poverty, weakened bonds and/or lack of access to public services. These centers include psychology on its reference team and have been a challenging place for this professional practice. This paper aims to describe and analyze the production of Brazilian post-graduation regarding the work of psychologists in *CRASS*. It consists in a systematic review of literature, using the qualitative metasynthesis method, which based its analysis on the *Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (CAPES' Catalog of Dissertations and Thesis)* productions published between 2005 to 2019. The results and discussion were organized in three axis: (1) Professional identity and the doing-knowing of psychology in *CRAS* (2) Basic documents and its (mis)encountering for practice in the field, (3) Limits and challenges for the practice of psychology. There is assumed that the contribution of this study was focusing on the trajectory of research on this area, bearing in mind that, as we study a phenomenon and describe it, we might see it in a critical way and draw new routes for the challenges that are presented. There is comprehended that a path has already been drawn, but there is still a need to detach from this speech that is translated more by the lack and fragilities (not by ignoring them), strengthening the construction of new daily practices in the *CRASS*.

Keywords: Social Assistance; *CRAS*; Psychology; Qualitative Metasynthesis.

Resumen

Los Centros de Referencia de Asistencia Social (CRAS) son unidades públicas ubicadas en el territorio más cercano a las familias y personas que se encuentran en situación de vulnerabilidad y riesgo social producto de la pobreza, el debilitamiento de los vínculos y/o el acceso precario a los servicios públicos. Dicho equipo cuenta con la presencia de la psicología en el equipo de referencia y ha sido un lugar muy desafiante para el ejercicio profesional, poniéndolo frente a la desigualdad social. Así, el presente trabajo tiene como objetivo describir y analizar la producción en el contexto de los estudios de posgrado brasileños sobre el trabajo de la psicología en los

CRAS. Esta es una revisión sistemática de la literatura, del tipo metátesis cualitativa, que buscó en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la CAPES producciones en el período comprendido entre 2005 y 2019 para su análisis. Los resultados y la discusión se organizaron en tres ejes: (1) Identidad profesional y el saber de la psicología en el CRAS, (2) Documentos orientadores y sus (des)encuentros para la práctica en el campo y (3) Límites y desafíos para la práctica de la psicología. Se cree que el aporte de este estudio fue precisamente haber profundizado en la trayectoria de la investigación en este campo, considerando que, a medida que estudiamos un fenómeno y lo retratamos, podemos verlo de manera más crítica y así trazar nuevas direcciones a los desafíos que se presentan. Se entiende que hay un camino ya recorrido, pero aún así, es necesario despegarse de ese discurso que se traduce más por las carencias y las debilidades (esto no significa ignorarlas), fortaleciendo la construcción de nuevas prácticas en lo cotidiano de los CRASs.

Palabras clave: Asistencia Social; CRAS; Psicología; Metátesis cualitativa

Introdução

A política de Assistência Social historicamente desenvolveu-se de forma desigual, heterogênea e fragmentada, tendo suas práticas pautadas por características de cunho assistencialista e de benemerência (Couto, Yazbek & Raichelis, 2017; Yazbek, 2018). Contudo, a partir da Constituição de Federal (CF) de 1988, assegurou-se constitucionalmente transformações nas bases para o Sistema de Seguridade Social no país (Oliveira & Paiva, 2016; Yamamoto & Oliveira, 2010; Yazbek, 2018). Assim, a CF representou um divisor de águas, principalmente, por afirmar a garantia dos direitos sociais para toda a população brasileira, responsabilizando o Estado pela sua efetivação (Cordeiro, 2018; Oliveira & Paiva, 2016; Yamamoto & Oliveira, 2010; Yazbek, 2018). Todavia, na contramão deste cenário, o avanço das políticas neoliberais ganhava força no país (Couto et al., 2017; Oliveira, Costa & Yamamoto, 2022; Yazbek, 2018).

Logo, os avanços conceituais promovidos tanto pela CF quanto pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (1993) – que regulamenta a Assistência Social enquanto política pública de Proteção Social –, esbarraram nessa conjuntura adversa (Cordeiro, 2018; Oliveira, et al., 2022). Isso implicou em ações fragmentadas, desarticuladas e imediatistas, acarretando na invisibilização da política de Assistência Social até os anos 2000 (Couto et al., 2017; Oliveira et al., 2017).

Aliás, somente em 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS, 2005), que

retomou os princípios e diretrizes contidos na LOAS, além de reafirmar sua contraposição às práticas assistencialistas (Cordeiro, 2018; Couto et al., 2017; Scott, Santos, Sousa, Solon & Oliveira, 2020). A operacionalização da PNAS ocorre por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual estrutura e organiza nacionalmente serviços, benefícios e ações socioassistenciais, de caráter permanente ou eventual da Proteção Social (Couto et al., 2017; Macedo, Fontenele & Gomes, 2022; Yazbek, 2018). Sendo dividido em dois níveis de atenção: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE), subdividida entre a média e a alta complexidade (Cordeiro, 2018; MDS, 2005; Yazbek, 2018).

Em ambos os níveis de complexidade, a(o) psicóloga(o) é uma das profissões obrigatórias a compor as equipes de referência no SUAS, junto com as(os) Assistentes Sociais e técnicas(os) de nível médio. Isso devido a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) (Brasil, 2006), considerada um grande passo a respeito da profissionalização dessa política. Com isso, a Assistência Social passa a oferecer um espaço privilegiado de atuação para a psicologia, pois o SUAS expande e interioriza-se em todo o país, tornando-se um forte campo de absorção profissional (Cordeiro, 2018; Costa & Oliveira, 2020; Sawaia, 2016).

No caso da PSB, o principal equipamento de referência para o desenvolvimento de suas ações e serviços, são os Centros de Referência da Assistência Social (CRASs). Sendo estes, destinados a população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, fragilização de vínculos e/ou precário acesso a serviços públicos (Cordeiro, 2018; Oliveira & Paiva, 2016; Scott et al., 2020). Esse nível é considerado a porta de entrada no sistema de Proteção Social (Cordeiro, 2018; Yamamoto & Oliveira, 2010), além de ser o campo mais desafiador para a atuação da psicologia, uma vez que aproxima a profissão de uma população atravessada pela pobreza e pela desigualdade (Costa & Oliveira, 2020; Oliveira et al., 2017). Desse modo, salienta-se a indissociabilidade da prática da psicologia na política de Assistência Social do contexto macro socioestrutural, reconhecendo como essa dinâmica interfere nos modos de vida, nas demandas, nos recursos, nos limites e nas potencialidades existentes para aquele território e os sujeitos que nele transitam (Macêdo et al., 2018).

Assim, enquanto trabalhadoras(es) nessa política, as(os) psicólogas(os) foram desafiadas(os) a reinventarem fazeres e saberes – até então “naturalizados”- (Cordeiro,

2018; Costa & Oliveira, 2020; Oliveira & Paiva, 2016; Oliveira et al., 2017; Sawaia, 2016) - em práticas mais ativas e condizentes para o enfrentamento dos determinantes sociais daqueles contextos, propondo-se a contribuir com práticas que possibilitem o fortalecimento de vínculos, bem como a autonomia dos sujeitos e famílias acompanhadas no CRAS.

Objetivos

O presente artigo apresenta uma metassíntese, com o objetivo de analisar como o tema da prática profissional da psicologia no CRAS vêm sendo compreendido no cenário da pós-graduação brasileira.

Método

Nesta pesquisa, realizou-se uma revisão sistemática de literatura do tipo metassíntese qualitativa. Compreende-se que essa estratégia metodológica possibilita analisar, discutir e propor um novo conhecimento a partir das relações, cruzamentos e comparações entre as pesquisas encontradas. Aliás, na metassíntese a interpretação dos resultados visa uma análise crítica sobre a produção científica, disponibilizando um conhecimento mais amplo, a partir de articulações e reflexões sobre determinado campo (Oliveira, Trancoso, Bastos & Canuto, 2015).

Para a busca das produções, optou-se por realizar a consulta no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo como documentos integrantes do estudo, as teses e dissertações. Tal escolha ocorreu, pois, o mesmo é de livre acesso e disponibiliza à consulta de informações bibliográficas de todos os trabalhos defendidos na pós-graduação brasileira, de ano a ano. Com isso, pode-se obter um panorama completo das pesquisas, possibilitando o levantamento de dados que auxiliaram a responder a proposta deste estudo. Ainda cabe ressaltar, a importância da CAPES para a continuidade e ampliação das pesquisas na pós-graduação no país.

Assim, para compor o banco de pesquisa e análise recorreu-se a etapas consecutivas e complementares, tais como as propostas por Trancoso e Oliveira (2016):

etapa exploratória, etapa de garimpagem e etapa de análise. Na fase exploratória, objetivou-se realizar a pesquisa das dissertações e teses que teriam potencial para integrar o estudo. Para tanto, empregou-se o conjunto de descritores (“Assistência Social”, “CRAS” e “Psicologia”) no campo de buscas do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Optou-se por essa composição de descritores, por compreender que separadamente eles não contemplariam o objetivo da pesquisa, nessa primeira etapa, o resultado encontrado foi de 112 pesquisas.

Com o objetivo de refinar esses primeiros achados, foram utilizados os seguintes filtros: Tipos de documentos: dissertação (mestrado) e tese (doutorado); Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas; Área do conhecimento: Psicologia. Salienta-se que nesse último filtro, foram selecionadas as opções Psicologia e Psicologia Social. Além disso, optou-se pelo recorte temporal entre 2005 a 2019, visto que no ano de 2005 têm-se um marco histórico importante para a Política de Assistência Social com a regulamentação do Sistema Único de Assistência Social. E com isso, pode-se perceber a evolução das pesquisas no campo. Com relação ao ano de 2019, cabe mencionar que esta metassíntese constituiu um pilar da revisão teórica de uma proposta de Tese de Doutorado em Psicologia, que versa sobre a prática e as potencialidades das(os) psicólogas(os) no CRAS. Sendo que sua realização, foi base essencial para definição da justificativa e dos objetivos da tese. Dito isso, o resultado da etapa exploratória dessa metassíntese, contemplou um total de 87 pesquisas, sendo 74 dissertações e 13 teses.

A respeito da segunda etapa (de garimpagem), prosseguiu-se com a leitura dos títulos e resumos das 87 pesquisas. Como critério para inclusão no estudo, entendeu-se como indispensável a presença dos termos “CRAS” e “Atuação do psicólogo” no título e resumo. Além disso, foram excluídas as produções que não continham os termos mencionados ou que não abordavam a temática da prática profissional da psicologia no CRAS como questão central do estudo, resultando em 20 produtos.

Em seguida, realizou-se a verificação da autorização de divulgação, a qual possibilitou o *download* dos arquivos. Ao longo desse processo encontrou-se alguns limites no acesso dentro do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. O primeiro corresponde às produções realizadas antes de 2014, pois as mesmas são classificadas como: “trabalho anterior à Plataforma Sucupira”. Logo, tais documentos precisaram ser

acessados nas bibliotecas depositárias *online* das universidades dos respectivos programas de pós-graduação, nos quais as pesquisas foram realizadas.

O segundo ponto, corresponde ao fato de que alguns trabalhos apareceram com a classificação “O trabalho não possui divulgação autorizada”. Apesar de tal destaque, os documentos foram encontrados em outras fontes, como: nas bibliotecas das universidades ou direto no *google*. Diante do percurso realizado, afirma-se a dificuldade no trabalho da(o) pesquisadora(r), a(o) qual precisa ir descobrindo outros meios para acessar as informações de pesquisa para que de fato possa alcançar os objetivos propostos.

Posteriormente, na fase de análise (terceira etapa), foram lidas integralmente as 19 pesquisas (14 dissertações e 5 teses), visto que um estudo não estava disponível para o *download*. Assim, pôde ser realizada a descrição, bem como a análise e interpretação, que resultou em categorizações para o melhor entendimento da prática profissional da psicologia no CRAS. Destaca-se o predomínio de estudos na região sudeste (9 pesquisas) sendo o ano de maior produção o de 2016 (6 estudos). A respeito da natureza dos estudos, foram predominantes as pesquisas qualitativas (18 estudos). Além disso, a maioria delas utilizaram como instrumentos para coleta de informações, as entrevistas - semiestruturadas (14 estudos) e semidirigidas (1 estudo) -, seguidas por grupos focais (2 estudos), grupo reflexivo (1 estudo) e análise documental e narrativa (1 estudo).

A tabela 1 apresenta as principais informações das 17 pesquisas disponibilizadas em seu conteúdo completo. Na sequência, a Tabela 2 traz informações dos 02 estudos disponibilizados parcialmente pelas instituições. Assim, para melhor organização das informações, ao longo da seção de resultados e discussão optou-se por utilizar alguns identificadores para as produções que compõem essa metassíntese, sendo a letra P (abreviação para Produção) acompanhada do número correspondente às tabelas 1 e 2.

Tabela 1

Informações sobre as 17 pesquisas disponíveis com arquivo completo para download

Identificação	Autor	Ano	Região/Estado	Instituição	Documento
P1	Solon, A. F. A. C.	2018	Nordeste/RN	UFRN	Dissertação

P2	Carretero, G. H.	2018	Sudeste/SP	PUC-SP	Tese
P3	Silva, C. M. R.	2016	Sudeste/SP	UNESP	Tese
P4	Pereira, L. D.	2016	Centro-Oeste/MS	UFMS	Dissertação
P5	Borges, A. B. de L.	2016	Centro-Oeste/GO	UFG	Dissertação
P6	Guedes, M. G.	2016	Sudeste/MG	UFJF	Dissertação
P7	Toledo, M. L. de	2015	Sudeste/SP	PUC-SP	Dissertação
P8	Silva, A. C. R. da	2015	Sul/PR	UFPR	Dissertação
P9	Medeiros, L. G. R.	2015	Nordeste/PB	UFPB	Dissertação
P10	Araújo, M. E. de	2014	Sudeste/SP	USP	Dissertação
P11	Frare, E.	2013	Sul/SC	UFSC	Dissertação
P12	Florentino, B. R. B.	2013	Sudeste/MG	UFSJ	Dissertação
P13	Dantas, C. M. B.	2013	Nordeste/RN	UFRN	Tese
P14	Menz, D. M.	2012	Sul/PR	UTP	Dissertação
P15	Araujo, F. I. C. de	2010	Sudeste/SP	PUC-SP	Dissertação
P16	Botarelli, A.	2008	Sudeste/SP	PUC-SP	Tese
P17	Macedo, J. P.	2007	Nordeste/RN	UFRN	Dissertação

Tabela 2

Informações sobre as duas pesquisas disponíveis com material parcial para download

Identificação	Autor	Ano	Região/Estado	Instituição	Documento
P18	Nadal, A. H. R. de	2016	Sul/RS	PUC-RS	Dissertação
P19	Motta, R. F.	2015	Sul/RS	PUC-RS	Tese

A partir da leitura das produções, prosseguiu-se para a análise das informações encontradas nos estudos. De acordo com Oliveira et al. (2015) nessa fase o objetivo se encontra no fato de ir além da descrição das informações, conseguindo avançar na interpretação das ideias encontradas, produzindo as articulações entre elas. Desse modo, após a leitura em profundidade das pesquisas consultadas para compor essa metassíntese foram elencados três eixos temáticos, intitulados: 1. Identidade profissional e o fazer-saber da psicologia no CRAS, 2. Documentos norteadores e seus (des)encontros para a prática no campo, e 3. Limites e desafios para a prática da psicologia.

Resultados e Discussão

Na abertura dos resultados desta metassíntese, cabe relembrar que a delimitação do campo da Assistência Social como uma política pública de Estado acontece a partir de dois marcos históricos: a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica de Assistência Social em 1993. Tais conquistas asseguraram a transição do caráter assistencialista e clientelista para o modelo civilizatório, inscrevendo tal campo enquanto uma política de Proteção Social (Cordeiro, 2018; Couto et al., 2017). Contudo, apesar de tais marcos, foi somente a partir dos anos 2000 que ocorreram os avanços mais importantes para essa política.

Dito isso, os estudos que compuseram essa metassíntese, podem ser divididos – didaticamente - em dois períodos: o primeiro equivalente aos 10 anos iniciais da política de Assistência Social, e o segundo correspondente a consolidação do SUAS/CRAS como locus de trabalho para a psicologia. Apesar da distância cronológica entre os dois grupos e de algumas mudanças conquistadas, certas marcas nesse percurso continuam

atemporais, como: os aspectos referentes às fragilidades e desafios encontrados pelas(os) psicólogas(os), bem como a reafirmação de lacunas ainda persistentes que interferem na prática profissional nesse campo.

Um exemplo que pode ser mencionado, corresponde ao nó crítico que contempla a formação acadêmica em psicologia, mais especificamente, a distância entre a teoria e a prática. Aliás, esse foi um aspecto destacado em todas as pesquisas que compuseram a metassíntese. Desse modo, sinalizam-se aqui algumas produções para ilustrar tal questão: Araújo (2010) (P15); Macedo (2007) (P17); Menz (2012) (P14), Medeiros (2015) (P9) e Nadal (2015) (P18).

Muito embora, existam mudanças perceptíveis na grade curricular dos cursos de graduação – como: a inclusão de disciplinas sobre políticas públicas (de modo setorizado, por exemplo: Saúde, Socioeducação), estágios curriculares e projetos de extensão –, para Cordeiro e Curado (2017) ainda permanece um certo descompasso entre a formação e a prática profissional. Assim, apesar dos caminhos já trilhados, quando se trata da Assistência Social, a ausência de contato e/ou pouca apropriação sobre esse campo, ainda são justificativas apresentadas pelas(os) psicólogas(os) participantes dos estudos ao longo dos anos. Inclusive, Dantas (2013) (P13) salienta que seria necessário “investir em momentos formativos que ofereçam pelo menos um conhecimento básico sobre a política e sobre o fazer do psicólogo nas políticas públicas e na Assistência Social, não como garantia de uma prática mais adequada ou diferenciada, mas como um suporte” (p. 201).

Nesse sentido, é importante analisar criticamente a formação em psicologia, suas práticas e modos de intervenção, uma vez que tal descompasso entre a teoria e a prática influencia na maneira como estas(es) profissionais irão operacionalizar a política pública (Dimenstein & Macedo, 2012; Oliveira & Paiva, 2016; Scott et al., 2020). Desse modo, tal aprendizagem formativa retorna ao centro de discussão quando almeja-se contextualizar a prática da psicologia – neste caso, no CRAS – e conseqüentemente as reverberações de um fazer-saber que permanece em (des)construção.

Em seqüência, daremos andamento a partir dos eixos temáticos que estruturam a análise, os quais serão inicialmente apresentados de forma sintetizada na Tabela 3.

Tabela 3

Síntese dos eixos temáticos da metassíntese

Eixos temáticos	Ideias centrais
Identidade profissional e o fazer-saber da psicologia no CRAS	Este eixo analisa a necessidade de desconstrução do estereótipo tradicional da psicologia (identificado como autônomo e clínico) para atuação no CRAS e demais políticas públicas. Também aborda a questão da psicoterapia individual e como o caráter clínico ainda permeia as definições das atividades realizadas pela profissão. Além de refletir sobre a separação do que seria do trabalho da(o) psicóloga(o) e da(o) assistente social, ou seja, a dimensão subjetiva e a dimensão material, o que resulta em uma fragilização das intervenções no CRAS.
Documentos norteadores e seus (des)encontros para a prática no campo	O eixo aborda a questão dos materiais orientativos do Ministério do Desenvolvimento Social e do Conselho Federal de Psicologia. Analisa ainda expectativas com relação a tais produções no sentido de que as mesmas pudessem oferecer suporte e segurança para as ações da psicologia no CRAS, porém, tem-se a compreensão de que tais materiais tem um caráter mais generalista e com certas lacunas, cabendo às(aos) profissionais a responsabilidade de interpretá-los. Também se analisa como dificuldade, a falta de tempo das(os) profissionais para maior apropriação dos conteúdos desses documentos.
Limites e desafios para a prática da psicologia	Este eixo analisa os limites impostos pela precarização social do trabalho, assim como as relações e as interferências da gestão municipal na prática profissional. Em relação aos desafios problematiza-se a questão da alta demanda no CRAS, o excesso de burocracia e a judicialização das questões sociais, além da falta de investimentos em espaços de educação permanente, tais como: a participação em espaços de controle social e afins.

1. Identidade profissional e o fazer-saber da psicologia no CRAS

No intuito de abarcar as discussões sobre a identidade profissional no CRAS – dispositivo territorial mais próximo da população assistida pela Assistência Social (Cordeiro, 2018) – as produções reúnem desdobramentos a respeito: da imagem social da profissão, bem como das ações desenvolvidas e as dificuldades nessa caminhada. Conforme, Brasil (2006) desde a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

(NOB-RH/SUAS) a psicologia vem construindo - de modo mais sistematizado e organizado- sua trajetória cotidianamente na Assistência Social. De acordo com os dados levantados entre 2011 a 2019 por Macedo et al. (2022) haviam cerca de 25.131 psicólogas(os) no SUAS, sendo que a maior concentração dessas(es) profissionais continuava dividida entre CRAS e CREAS. Assim, pode-se afirmar que esse é um campo de forte absorção da categoria profissional.

Um ponto fortemente destacado nas produções analisadas, corresponde a imagem associada ao modelo clínico tradicional - caracterizado por uma prática de caráter individual, privatista, a-histórico, apolítico (Maheirie et al., 2021; Nery, 2018; Oliveira & Paiva, 2016) – que ainda prevalece como uma representação consolidada e almejada, interpondo-se nos mais diversos campos de atuação. De certa maneira, tal aspecto permanece ainda sendo reforçado pela formação, a qual ainda carece de investimentos nas problemáticas políticas, críticas e interdisciplinares como destacado por Menz (2012) (P14).

Desse modo, fica evidente que o trabalho no CRAS, como apontado pelas(os) participantes das pesquisas analisadas, têm colocado o desafio de romper com essa imagem identitária idealizada, convocando as(os) psicólogas(os) a novas experimentações que demandam energia, criatividade e flexibilidade para ampliar as atividades para atuar nesse campo. Assim, tal desafio não apenas desacomoda, mas também gera questionamentos, dúvidas e incertezas. Porém, como sinalizam Yamamoto e Oliveira (2010), essa mudança deve ser urgente para aquelas(es) que estão no campo das políticas públicas. Esse aspecto se fez presente ao longo do tempo, como se pode observar nas pesquisas de Macedo (2007) (P17) e Pereira (2016) (P4).

Associado a esse ponto, a ênfase de que no CRAS não se realiza a prática da psicoterapia individual, foi outro aspecto identificado nas produções como obstáculo para as(os) profissionais. Uma vez que, tal atividade representa uma prática conhecida e segura do exercício profissional, dessa forma sua ausência provoca uma espécie de paralisia nas(os) profissionais, visto que essa atividade ainda têm sido a base da formação e da identidade profissional da(o) psicóloga(o). Essa questão dificulta não apenas uma percepção mais crítica e reflexiva sobre o contexto de atuação nas políticas públicas, mas também, o seu reconhecimento enquanto profissional que atua nesse nível de Proteção

Social (Frare, 2013 – P11; Silva, 2015 – P8; Guedes, 2016 – P6; Silva, 2016 – P3; Solon, 2018 – P1).

Assim, para construir o trabalho da psicologia nesse contexto, é necessário repensar e reinventar o modo de atuação, fugindo dos padrões individualizantes e de análises descontextualizadas da realidade social, que dificultam a criatividade, o planejamento e o alcance das intervenções profissionais (Macêdo et al., 2018; Oliveira & Paiva, 2016). Mas para isso, a(o) profissional precisa estar disposto a se aproximar da realidade que permeia esse campo - a pobreza e as desigualdades sociais.

Ainda nesta direção, desdobram-se outros dois aspectos: o primeiro corresponde a linha tênue que se estabelece nas produções quanto ao modo que as(os) participantes descreveram as atividades realizadas pela psicologia no CRAS, como pode-se observar em Medeiros (2015) (P9): “todas foram enfáticas em dizer que aquele ambiente, do CRAS, (...), não era o de legitimação do trabalho clínico, porém, em face das demandas que apareciam, elas acabavam realizando um trabalho que se aproxima deste” (p.74). Apesar de relatarem que outras atividades são contempladas em sua atuação e que as mesmas convergem com o preconizado com os materiais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), nas entrelinhas percebe-se a existência de novas roupagens para velhas práticas ao se trabalhar com a subjetividade. Uma vez que ao ofertar “escutas psicológicas” individualizadas não terapêuticas – sobre as quais não se tem muita clareza -, se estaria realizando uma forma de ‘adaptação ou transposição’ do modelo tradicional no SUAS. Esse aspecto pode ser identificado nas produções de Borges (2016) (P5), Toledo (2015) (P7) e Silva (2015) (P8).

O segundo aspecto refere-se a ênfase com relação ao fato de que, quando realizadas tais escutas individualizadas, estas não possuem caráter clínico, como aparecem nos estudos de Borges (2016) (P5) e Solon (2018) (P1). Aqui cabe refletir sobre a compreensão de clínica que parece predominar para as(os) participantes dos estudos analisados. Sendo que tal entendimento ainda estaria atrelado ao modelo liberal e tradicional, no qual a clínica tem seus processos psicoterapêuticos voltados predominantemente ao que ocorre entre psicóloga(o) e paciente (Oliveira & Paiva, 2016). Esse modelo seria ainda muito distante da perspectiva integral, interdisciplinar, intersetorial e interinstitucional (Conselho Federal de Psicologia - CFP & Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social - CONPAS, 2016), proposta na política do

SUAS. Desse modo, ao realizar tal atividade, na qual as ‘escutas’ acontecem única e exclusivamente pelas(os) psicólogas(os), poderia fomentar uma concepção distorcida, na qual, tudo que equivale à dimensão subjetiva, seria responsabilidade apenas da psicologia. Aspecto este, que constitui em mais um obstáculo para o trabalho social no CRAS.

Com isso, indiretamente, reforça-se tanto o imaginário social quanto o lugar de poder que sustenta o ideal profissional. Tal aspecto, foi destacado em Frare (2013) (P11) e Motta (2016) (P19) ao abordarem sobre a imagem - assim como a expectativa - que tanto os colegas da equipe quanto as(os) usuárias(os), esperam da psicologia nesse campo. Dantas (2013) (P13) identificou que havia uma resistência em romper com essa imagem sócio culturalmente construída. Inclusive, as(os) participantes entrevistadas(os) por Botarelli (2008) referem ter enfrentado uma batalha silenciosa, já que reconheciam tal expectativa da população, mas buscavam se distanciar desse perfil. Contudo, as(os) participantes referiram que por conta das deficiências da rede de Proteção Social local, acabavam realizando acompanhamentos psicoterapêuticos de modo informal, para não deixarem desassistidas(os) as(os) usuárias(os), enfatizando o sentido de “dar suporte emocional e apoio para ajudar a pessoa sentir-se inserida na comunidade” (...) (p. 67).

Aliás, encontrou-se certa similaridade entre os estudos de Silva (2016) (P3) e Guedes (2016) (P6), quando atrelaram a realização de atendimento clínico como referência tanto no sentido de um reconhecimento profissional, quanto a pedido da gestão para “apagar incêndios”, resolvendo conflitos urgentes ou “tapando buracos” por conta da falta de profissionais na rede intersetorial. Assim, ao manter essas ações as(os) profissionais estariam contribuindo para a precarização do trabalho de psicólogas(os). Tensionando este aspecto, Pereira (2016) afirma que “(...) falta compreender que o trabalho que se desenvolve no CRAS, também é clínico, embora não contemple as características tradicionais da atuação clínica” (p. 91).

Somando-se a esse aspecto, os estudos de Araújo (2010) (P15), Dantas (2013) (P13), Florentino (2013) (P12) e Macedo (2007) (P17) sinalizam que em busca de delimitar características para compor a identidade profissional no CRAS, muitas(os) psicólogas(os) acabam separando as condições socioeconômicas das subjetivas, ou seja, nota-se que as formas de perceber o fenômeno psicológico ainda acabam sendo dissociadas de sua construção social e histórica. Nesse sentido, Silva (2015) (P8) também

identificou tal divisão, na qual “demandas emocionais são tratadas pelo psicólogo, enquanto demandas “materiais” são encaminhados pelo assistente social” (p. 82). Esse aspecto tem sido analisado por Sawaia, Albuquerque e Busarello (2018), as quais apontam a importância de superar essa dicotomia cartesiana, compreendendo a objetividade e a subjetividade como unidades de contrários - não excludentes -, as quais dialeticamente auxiliam na percepção do homem por inteiro.

Ainda referente a essa questão, Carretero (2018) (P2) reafirma que tal divisão do trabalho na equipe do CRAS “não favorece o desenvolvimento de novas práticas nas duas ciências, como também segmentam os atendimentos às famílias e usuários” (p. 323). Aliás, o autor retoma que o alvo do trabalho da(o) psicóloga(o) deve contemplar tanto os elementos subjetivos quanto às condições materiais de vida. Nesse sentido, Costa e Oliveira (2020) reforçam que o referencial teórico-técnico para o efetivo trabalho da psicologia nas políticas públicas, requer que a(o) profissional englobe os fenômenos psicossociais, teorias e técnicas, e também a compreensão do contexto em que atua e seus macro determinantes.

Nessa direção parece ser importante analisar que ao separar o que é do trabalho da(o) psicóloga(o) e da(o) assistente social, poderia haver uma fragilização da intervenção no CRAS, a qual está pautada justamente na interdisciplinaridade. É importante destacar ainda que organizar o trabalho seguindo essa premissa interdisciplinar, não implica em anular as especificidades de cada área. Nesse ensejo, Carretero (2018) (P2) discute sobre o desenvolvimento de um trabalho social crítico com famílias tendo como objeto de intervenção o sofrimento ético-político. Tal conceito foi desenvolvido por Bader Sawaia e têm grande valia para refletir o fazer da psicologia nesse campo, uma vez que abrange as diferentes formas com que cotidianamente as questões sociais dominantes em cada época são vivenciadas, estando estas intrinsecamente dependentes das condições: de gênero, raça, classe, política, reconhecimento social, acesso e idade (Sawaia, 2014).

Diante disso, entende-se que a questão da identidade profissional é muito mais ampla do que a realização desta ou daquela atividade. Ao se pensar o fazer-saber da psicologia nesse campo, não se deve encaixar e formatar “em um único modelo, pois ele tende a perder a sua própria criticidade ao se tornar uma fórmula a ser repetida (...)” (Carretero, 2018, P2, p. 341), tendo em vista que a prática no CRAS, abrange a realidade social, seus modos de viver, suas lutas bem como as relações de poder e a produção das

desigualdades. Complementando, o estudo de Botarelli (2008) (P16), salienta que é necessário atentar criticamente sobre o risco de reproduzir métodos e procedimentos descolocados da realidade. Além de corroborar com o exposto, as pesquisas de Guedes (2016) (P6) e Solon (2018) (P1) apontam que é preciso recorrer às estratégias que permitam reflexões e questionamentos sobre o contexto e os efeitos produzidos pelas práticas profissionais das(os) psicólogas(os). De acordo com Oliveira et al. (2017) o saber da psicologia, necessita dialogar com outras perspectivas e saberes, ampliando a compreensão sobre os distintos modos de vida das famílias.

De acordo com Frare (2013) (P11), “mesmo com as dificuldades encontradas para construir outras perspectivas metodológicas que não a clínica tradicional, e com objetivos ainda poucos claros na sua atuação, as(os) psicólogas(os) têm feito movimentos importantes em espaços diferentes dos tradicionais” (p. 143). Assim sendo, estratégias coletivas – como: grupos de estudo ou de discussão, reuniões de rede, entre outros – passaram a ser ferramentas encontradas que favoreceram uma travessia mais aproximada, coerente e coletiva (Araújo, 2014 – P10). Desse modo, tais estratégias destacadas nas produções analisadas, estariam auxiliando na reflexão sobre a identidade profissional da psicologia no CRAS, sendo primordialmente pautada num processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução, o qual estaria atravessado pelos afetos, criatividade, ética e ação coletiva.

Ainda, Maheirie et al. (2021) pontuam que o CRAS é um campo que permite criar saídas coletivas e inventivas, assim como o fortalecimento de vínculos. Logo, a atuação no campo das políticas públicas requer a criatividade, a invenção e a reflexão crítica sobre o fazer-saber - como mencionado também pelos estudos de Araújo (2014) (P10) e Nadal (2018) (P18). Diante disso, ressalta-se a potência dos encontros, principalmente por meio de espaços grupais, pois possibilitam que seus membros compartilhem dúvidas, angústias e percepções sobre a prática, bem como possam planejar formas de alinhar os processos de trabalho, o que conseqüentemente resultaria em profissionais com mais apropriação em relação ao seu fazer dentro do serviço e na rede SUAS.

2. Documentos norteadores e seus (des)encontros para a prática no campo

Por conta do aumento significativo de ingresso das(os) profissionais da psicologia nos serviços de referência do SUAS, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) passou a produzir documentos – ou parâmetros - com intuito de auxiliar no enfrentamento das

dificuldades e apontar diretrizes para a prática profissional na área. A pesquisa de Botarelli (2008) (P16) destaca a criação do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) como um importante espaço para a categoria, visto que por meio de suas pesquisas têm contribuído para orientar e qualificar a atuação profissional nos mais diversos campos.

Historicamente, o primeiro guia que articulou o trabalho no campo da Assistência Social foi publicado em parceria com o Serviço Social em 2006, contemplando orientações mais gerais sobre o trabalho nessa política pública. Desde lá diversos materiais vêm sendo produzidos, entre eles, destacam-se: a “Nota Técnica com Parâmetros para atuação das (os) profissionais de Psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)” de 2016, sendo uma construção entre CFP e a Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS), a qual abrange orientações em todos os níveis de complexidade no SUAS. Contudo, especificamente sobre o CRAS, salienta-se a primeira edição - em 2008 - das "Referências Técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS" (Oliveira & Costa, 2018; Senra, 2018), a qual, foi revisada em 2021 e encontra-se disponível para acesso no site do CREPOP (<https://crepop.cfp.org.br/publicacoes/>).

Dentro dessa análise, as produções destacam que os materiais acessados pelas(os) participantes dos estudos, foram: as legislações, portarias e cartilhas produzidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS), bem como os materiais do CFP/CREPOP – sendo que esses últimos estariam contribuindo para o conhecimento da profissão sobre a política/serviço, auxiliando na organização e execução para a oferta de atividades a serem realizadas de acordo com as diretrizes normativas, bem como regulamentar a existência de parâmetros éticos-políticos. Alguns exemplos encontram-se nos estudos de Silva (2016) (P3), Pereira (2016) (P4), Borges (2016) (P5), Guedes (2016) (P6), Toledo (2015) (P7), Dantas (2013) (P13) e Motta (2015) (P19).

Nesse sentido, Cordeiro e Curado (2017) e Senra (2018) salientam que as orientações devem ser concebidas como fontes de inspiração para embasar o planejamento das ações a serem ofertadas, ou seja, apresentam orientações mais gerais para nortear a prática. E nesse sentido, elas não devem ficar restritas apenas ao que consta em seus textos, mas devem ser ampliadas de acordo com o território de abrangência do CRAS e suas particularidades. Uma vez que, é por meio das relações estabelecidas e o do

diálogo com os sujeitos e famílias, que se planejam e definem as ações mais condizentes com a realidade, bem como se reconhecem as potencialidades e os limites existentes.

Apesar dos documentos terem como proposta fornecer tais orientações e não restringir a possibilidade de ações nos serviços, respeitando a singularidade e historicidade dos territórios, identificou-se na análise dos estudos que o fato de tais materiais não disponibilizarem respostas técnicas mais direcionadas à psicologia têm provocado incertezas e inseguranças nas(os) profissionais ‘psis’ que estão à frente do serviço. Uma vez que, acabam contemplando informações mais ampliadas para auxiliar o planejamento das ações a serem ofertas pela equipe do CRAS, como afirma Senra (2018). Isso, pode ser exemplificado no trecho extraído de Frare (2013) (P11)

“(...) estes aparecem de forma bastante generalista para os psicólogos. Essa generalização, por vezes, gera insegurança nos profissionais que atuam nos CRAS, pois parecem distanciadas das especificidades e das demandas reais dos territórios referenciados por cada CRAS.” (p. 84)

Nessa direção, as pesquisas de Silva (2015) (P8), Medeiros (2015) (P9) e Motta (2015) (P19) salientam que os documentos norteadores para a prática da psicologia no CRAS, são vagos e pouco claros, permitindo que cada profissional possa fazer a sua interpretação sobre eles, não sanando assim muitas de suas dúvidas. Essa questão aparece no trecho a seguir, apresentado por Solon (2018) (P1):

“Mais do que em outros espaços de trabalho, o CRAS não define funções e papéis, haja vista suas diretrizes de trabalho interdisciplinar e coletivo, de modo que há um entrelaçamento das profissões contribuindo com seus saberes e atuando a partir de um mesmo plano de trabalho. Essa indefinição de funções específicas é compreendida pelas psicólogas entrevistadas como um problema a ser solucionado pela Política de Assistência Social ou pelo CFP, e não como um desafio a ser enfrentado na prática cotidiana que potencializa a profissão para o desenvolvimento de novas possibilidades de atuação. (...)” (p. 157-158)

De certa maneira, a expectativa de que os documentos pudessem trazer de forma clara e objetiva as atribuições da psicologia, vem sendo uma queixa recorrente desde as primeiras pesquisas sobre a temática, embora, seja impossível definir um modelo único

que contemple o fazer da psicologia nesse campo. Analisa-se assim se não seria contraditório esse anseio por uma ‘cartilha orientadora’, uma vez que os territórios são vivos, construídos por aspectos históricos, sociais e culturais, nos quais se encontram distintos recursos e redes: materiais, relacionais e afetivos. Nesse sentido, Pöttker, Arpini e Brandolt (2022) sinalizam que essa amplitude de interpretação deve ser vista como algo positivo, uma vez que provoca as(os) profissionais a dialogarem entre si e olharem para seu processo de trabalho.

Logo, ao mesmo tempo que tais documentos não esgotam a potencialidade de trabalho da psicologia, nos estudos analisados foi possível identificar que a ambiguidade provocada pela liberdade de interpretação, acabou se refletindo num obstáculo ao exercício profissional no CRAS. De acordo com o estudo de Guedes (2016) (P6), os materiais de base e apoio, “oscilam entre uma perspectiva emancipatória e inovadora, e outra conservadora” (p. 96), produzindo efeitos diretos no cotidiano dos serviços. Tal apontamento também apareceu em Frare (2013) (P11) e Carretero (2018) (P2).

Cabe ainda comentar, que nos documentos norteadores, pouco ou quase nada consta a respeito das dimensões crítica e política, como destaca Medeiros (2015) (P9) “as orientações técnicas do MDS estão mais voltadas aos objetivos a serem atingidos do que as possíveis formas de atingi-los”, o que conseqüentemente dificulta a realização de inferências críticas sobre as práticas de trabalho. Inclusive, Guedes (2016) (P6), menciona um importante questionamento que permeia os demais estudos:

“(...) cabe pensarmos quais têm sido as ações dos/as psicólogos/as na política de assistência social e como elas têm se desenvolvido, bem como a serviço de quem tais ações práticas ainda ocorrem de forma pontual, alienada contribuindo para a manutenção das mazelas sociais” (p. 117)

Nesse sentido, apesar dos documentos do MDS e do CFP pautarem uma prática que considere os direitos sociais enfatizando uma nova perspectiva para a Assistência Social, isoladamente tais materiais não têm capacidade de transformar o contexto. Logo, cabe às(aos) suas(seus) trabalhadoras(es) essa travessia, uma vez que são elas(eles) as(os) principais agentes mediadoras(es) na operacionalização dessa política. Sendo assim, para Carretero (2018) (P2) “os profissionais envolvidos devem estar atentos para que suas

práticas não produzam adaptação ou inclusão social perversa por meio da psicologização da realidade social, disciplinarização, normatização” (p. 315).

Assim, para que tal situação não aconteça, é fundamental possibilitar momentos de ‘pausa’, em que as(os) profissionais possam estudar, produzindo assim reflexões e sentidos nas ações ofertadas no CRAS - como reuniões de equipe, reuniões de rede e/ou espaços de educação permanente. Acredita-se que tais espaços sejam imprescindíveis para evitar reproduções sem uma análise da realidade local e suas particularidades. Entretanto, os estudos de Araújo (2010) (P15) e Silva (2016) (P3), mencionam a falta de tempo como um ponto dificultador nesse processo, fomentando profundos desencontros/descompassos entre a demanda elevada nos serviços e o momento/tempo para se atualizar por meio das publicações e referências pertinentes à atuação profissional. A respeito disso, se reconhece o quanto a dificuldade de investimentos – tanto materiais como de ampliação dos recursos humanos, além de outros que abrangem a compreensão/sensibilização– por parte das gestões municipais tem atravessado o cotidiano de trabalho na Assistência Social.

Por fim, apesar dos documentos orientadores apresentarem certa limitação, o fato de que eles continuamente passam por revisões e atualizações, como ressalta Araújo (2010) (P15), - seja por intermédio das próprias pesquisas acadêmicas, das consultas públicas do CREPOP e também por meio de seminários e/ou encontros profissionais – vem sendo um recurso extremamente positivo, visto que permite se debruçar sobre os processos de determinados períodos sem limitá-los a uma norma única e inflexível. Assim sendo, tal possibilidade de escuta para aquelas(es) profissionais da psicologia que estão à frente dos serviços, possibilita tanto reavaliar o que já se tem conhecimento na área, quanto agregar novas experiências, em um ciclo permanente de análise e reinvenção da prática. Aliás, CFP e CONPAS (2016) através da Nota técnica reforçam o aspecto da historicidade, das diferenças culturais e geográficas como elementos que devem ser relevantes para aprimorar as atualizações dos materiais técnicos.

3. Limites e desafios para a prática da psicologia

Para compreender como a relação entre a psicologia e sua prática na Assistência Social – especificamente no CRAS – vem sendo estabelecida, precisa-se resgatar o fato de que ao se inserir numa política pública, o modelo – predominante/exclusivo - de

profissional liberal acaba cedendo espaço para o de trabalhadora(r) assalariada(o). Essa sinalização se faz necessária, visto que nesse espaço as(os) psicólogas(os) estão submetidas(os) às contradições do capital-trabalho (Yamamoto, 2007) como todas as(os) demais trabalhadoras(es). Esse aspecto do assalariamento da profissão se fez presente no estudo de Nadal (2016) (P18). Já para Carretero (2018) (P2) e Silva (2015) (P8) tal condição de trabalhadora(r) acaba sendo suprimida – por conta das demandas da população acompanhada no CRAS.

Nessa direção, destaca-se o aspecto da precarização do trabalho. A esse respeito, Druck (2016) pontua que este é um movimento histórico, social e político que engloba: formas de mercantilização da força de trabalho; padrões de gestão e organização do trabalho; condições de insegurança e saúde no trabalho; desemprego, ou a ameaça de desemprego, perda/fragilização de vínculos; enfraquecimento da luta e representação de classe; e direitos sociais fragilizados ou retirados. Segundo Raichelis e Arregui (2021), esse fenômeno reverbera na qualidade, no planejamento, na continuidade e efetividade do trabalho a ser desenvolvido nos serviços.

Nesse sentido, ao analisar as produções, identificou-se uma aproximação entre os diferentes estudos ao abordarem os “elementos de precarização”, como denomina Dantas (2013) (P13), os quais foram apontados como produzindo interferência tanto no exercício profissional, quanto nos serviços prestados. O primeiro deles corresponde a qualidade da infraestrutura dos serviços, sendo elencados: a ausência de espaço físico adequado, a falta de materiais para realização de atividades e também de recursos - como internet, veículo para transporte -, e remuneração salarial baixa. Essas foram algumas das condições referidas que potencializam ações descontinuadas e descontextualizadas, como apontam também as pesquisas de Araújo (2010) (P15), Borges (2016) (P5), Pereira (2016) (P4), Silva (2016) (P3), e Toledo (2015) (P7).

Outro desafio que se fez presente diz respeito ao vínculo trabalhista. Nesse sentido, dentre os marcos regulatórios da Assistência Social, a NOB-RH/SUAS evidencia um grande passo no que tange à profissionalização dos recursos humanos nessa política pública. Uma vez que, têm como principais pautas: a luta pela despreciação dos vínculos de trabalho no SUAS e o fim da terceirização, fomentando assim a estabilidade das(os) profissionais nas equipes de referência, por meio da lógica do concurso público (Brasil, 2006).

Contudo, como foi perceptível, apesar do avanço contido na NOB-RH/SUAS, o mesmo parece não ter sido suficiente para impedir a continuidade de modos de contrato distintos. Nesse sentido, os estudos de Macedo (2007) (P17) e Botarelli (2008) (P16) destacam que desde os primeiros anos de implementação do SUAS, o predomínio de contratos temporários, foi amplamente utilizado pela gestão municipal e conseqüentemente tal vínculo refletia numa rotatividade profissional elevada, gerando: insegurança, descontinuidade do trabalho desenvolvido e rompimento de vínculos entre a equipe e as(os) usuárias(os) dos respectivos territórios de abrangência do CRAS. Desse modo, “a própria forma de contratação e o termo utilizado no edital e/ou contrato de trabalho são fatores que, por si só, suscitam confusões e dificultam a identificação do psicólogo enquanto trabalhador” (Florentino, 2013, P12, p.138). Apesar de transcorrido alguns anos – entre os primeiros estudos nesse campo -, ainda se encontram modelos de contratos – temporários e terceirizados - como ferramenta gerencial adotada no CRAS, como demonstram os estudos de Solon (2018) (P1), Pereira (2016) (P4) e Guedes (2016) (P6).

De acordo com Motta (2015) (P19), a presença de distintos contratos de trabalho no mesmo local pode vir a limitar a atuação profissional, interferindo no exercício da atividade diária de trabalho. Inclusive, as(os) participantes entrevistadas(os) por Medeiros (2015) (P9) em seu estudo referem que as(os) profissionais concursadas(os)/estáveis “se sentem mais à vontade, seguras(os) e autônomas(os) para trabalhar, visto que não sofrem tanto as possíveis conseqüências relacionadas às mudanças políticas (...) (p.101). Contudo, o estudo de Carretero (2018) (P2) destaca que essa sensação de estabilidade não impede a ocorrência de mudanças e/ou transferências, uma vez que tais profissionais podem ser realocadas(os) entre outros setores e/ou serviços.

Ainda nesse ensejo, encontrou-se similaridade entre os estudos de Araújo (2010) (P15), Araújo (2014) (P10) e Pereira (2016) (P4), ao relacionarem o estabelecimento de tais vínculos com uma estratégia atravessada pelo jogo político – de base partidária e de favoritismo - nas cidades onde realizaram suas pesquisas. Somando-se a isso, o estudo de Borges (2016) (P5) destaca os cargos comissionados ocupados por suas(seus) participantes, sendo este um aspecto que desconsideraria o perfil e o conhecimento prévio para ocupar o cargo. Isso remete ao apontado por Couto et al. (2017) e Yamamoto e Oliveira (2010) ao comentarem sobre o caráter de desprofissionalização histórico nessa

política pública, o qual tem contribuído para a inconsistência e a descontinuidade do trabalho.

Outra questão destacada nas produções diz respeito à gestão municipal da Assistência Social, relacionando os posicionamentos – ou a escassez deles – e os desinvestimentos com o campo e suas(seus) trabalhadoras(es) gerando uma sensação de desvalorização do trabalho desenvolvido. Aliado a isso, a falta de conhecimento sobre o que compete ao CRAS e suas(seus) profissionais, a presença de uma concepção assistencialista e de ‘troca de favores’, dificultariam ainda mais a prática que se busca construir nesses espaços. Tal aspecto foi mencionado nos estudos de Borges (2016) (P5), Toledo (2015) (P7), Silva (2015) (P8) e Medeiros (2015) (P9).

Ainda em relação a esse aspecto, a interferência da gestão sobre o trabalho das(os) psicólogas(os) também foi mencionado. Esta vem ocorrendo tanto através da solicitação e/ou encaminhamentos oriundos da gestão para atender pessoas que muitas vezes não se encontram no público acompanhado pelo CRAS, como também por meio de pressões para realizar atendimentos mais individualizados, contrariando as orientações presentes nos documentos orientadores da política de Assistência Social. Além desses aspectos, também se encontraram dificuldades para a participação das(os) profissionais em reuniões com a rede socioassistencial e espaços de controle social (Toledo, 2015 – P8; Dantas, 2013– P13). Complementando esse aspecto, Silva (2015) (P8) menciona à vulnerabilidade e a falta de autonomia que perpassa a prática profissional nesse campo, uma vez que as(os) profissionais psicólogas(os) “acabam se sujeitando ao instituído, adaptando-se, por se sentirem desprotegidas” (p. 67).

Outros pontos relevantes que se fizeram presentes e que tem provocado interferência nas práticas desenvolvidas, correspondem: a demanda elevada somada a escolha da gestão municipal por manter uma equipe mínima, resultando em uma sobrecarga que inviabiliza as(os) profissionais de realizarem com qualidade suas atividades, conforme preconizado pela política (Florentino, 2013 –P12; Pereira, 2016 – P4; Toledo, 2015 – P7; Silva, 2015 – P8). Nesta direção, os estudos de Motta (2015) (P19) e Silva (2016) (P3) mencionam que a questão da demanda pode interferir na capacidade reflexiva e resolutiva das(os) profissionais, que muitas vezes precisam “eleger” algumas famílias como prioridade, para tentar dar conta de uma parcela da população que se encontra no território do CRAS (como por exemplo, escolher o mais

pobre entre os pobres). Para Guedes (2016) a tendência à pontualidade das ações, é um nó crítico o qual deve-se atentar, e aponta que “(...) para haver mudança social é preciso mais que ‘apagar incêndios’ [...]” (p. 121).

Somando-se a isso, o excesso de burocracia além de demandar um tempo cotidiano precioso dessas(es) profissionais também têm sido um desafio a mais para o trabalho da psicologia na Assistência Social, especificamente no CRAS. Nessa direção, os estudos de Guedes (2016) (P6), Araújo (2014) (P10) e Carretero (2018) (P2) destacam que tal aspecto acaba por dificultar a aquisição dos recursos (tanto para desenvolver as atividades quanto no âmbito da convivência no serviço) deixando mais mecânico e restrito o trabalho, com pouco espaço para a criatividade. Além disso, o estudo de Botarelli (2008) (P16) chama atenção para o risco de limitar as ações diárias às questões burocráticas.

Concomitantemente, Araújo (2014) (P10), Araújo (2010) (P15) e Botarelli (2008) (P16) destacam que a rotina de ações da psicologia acaba por vezes transitando entre um limiar de proteção e fiscalização. Tal situação pode ser exemplificada na medida em que as(os) profissionais que integraram os estudos analisados, teriam respondido que acabavam realizando algumas atividades de inspeção e supervisão de serviços oferecidos por entidades da sociedade civil, bem como de cadastro e verificação das condicionalidades dos benefícios de transferência de renda. Nessa direção, Frare (2013) (P11) aponta que a judicialização das questões sociais, também têm sido um obstáculo que se interpõe para a efetivação das práticas no CRAS, e ainda, que tal interferência direta do Poder Judiciário e do Ministério Público nas ações desenvolvidas é mais um dos fatores que geram sobrecarga de trabalho (Medeiros, 2015 - P9). Cabe salientar que este papel fiscalizatório sobre os indivíduos e famílias, não é esperado para as ações no âmbito do SUAS (CFP & CONPAS, 2016).

Aliás, o trabalho interdisciplinar (ex.: Frare, 2013 – P11; Macedo, 2007 – P17; Silva, 2015 – P8), bem como a fragilidade de articulação com a rede intersetorial (ex: Borges, 2016 – P5) foram outros pontos mencionados como desafiadores para a realização do trabalho. De acordo com CFP e CONPAS (2016) a atuação da psicologia deve se apoiar em uma metodologia de trabalho que contemple a lógica interdisciplinar e intersetorial, tendo na gestão territorial a materialização da articulação entre os serviços envolvidos no acompanhamento das famílias e seus membros naquele território.

Além disso, outro desafio identificado na análise das pesquisas, corresponde a falta de investimentos na área de capacitação e qualificação profissional, apesar de reafirmada sua importância (Silva, 2016 - P3; Frare, 2013 - P11; Dantas, 2013, -P13). Dentro desse tema aparece ainda a falta de uma Política Nacional de Educação Permanente no SUAS que preconize a oferta contínua de espaços para qualificar e aprimorar o trabalho (Brasil, 2013). Inclusive, Pöttker et al. (2022) reforçam a importância desses espaços, uma vez que por meio deles além de se ofertarem atualizações sobre temáticas que implicam na condução do serviço/política, também se promovem espaços para reflexão sobre a prática de trabalho e integração entre as(os) profissionais da(s) equipe(s).

Porém, o que foi identificado nas produções analisadas, é que esses momentos de ‘Educação Permanente’ acabam sendo condicionados: aos próprios interesses das(os) profissionais, no sentido de que dependem de uma iniciativa pessoal – para buscarem aprimoramento - ou então, reduzidos a atividades pontuais disponibilizadas pela gestão (Araújo, 2014 – P10; Araújo, 2010 - P15). Essa escassez de espaços para refletir a respeito do processo de trabalho, poderia evitar possíveis tensionamentos e confrontos entre trabalhadoras(res) e gestão, produzindo práticas “feijão com o arroz” como definiu Silva (2015) (P8), o que não contribui com uma prática ético-política comprometida.

Por fim, um dos maiores desafios que parece estar presente nesse contexto de atuação no CRAS, corresponde à organização política das(os) profissionais. Esta questão, foi mencionada pelos estudos de Solon (2018) (P1), Guedes (2016) (P6), Toledo (2015) (P7) e Motta (2015) (P19) como uma potente ferramenta no enfrentamento e superação das dificuldades que atravessam o cotidiano profissional. Apesar de existirem algumas estratégias de encontro entre as(os) profissionais que atuam no CRAS – como reuniões mensais entre trabalhadoras(es), participação no controle social e até em atividades nos seus respectivos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) – estas ainda tem sido pouco ocupadas pela categoria, o que conseqüentemente acarreta numa baixa visibilidade.

Considerações finais

Com esta análise das produções foi possível traçar um panorama de como a temática relativa ao trabalho e às práticas das(os) profissionais no CRAS vem sendo

estudada pela pós-graduação em psicologia no país. Além de possibilitar conhecer as lacunas que ainda se apresentam, nesses 18 anos de atuação no SUAS. Desse modo, sinaliza-se que apesar das conquistas no sentido de que a psicologia regulamentou seu espaço nas equipes de referência, a prática psicológica ainda vem sendo apresentada mais pelos obstáculos e lacunas persistentes que interferem no cotidiano de trabalho do que pelas potencialidades da prática nesse campo.

Nesse sentido, as questões internas da profissão – como: desconstruir o estereótipo tradicional (identificado como autônomo e clínico) e o descompasso entre teoria e prática – ainda permanecem como tensões constantes que interferem na construção do perfil desta(e) psicóloga(o). Para isso, talvez seja necessário enfatizar espaços formativos transversais, os quais busquem promover e qualificar crítica e politicamente as(os) profissionais – contemplando desde a graduação até às(aos) profissionais que já estão atuando no campo.

Além disso, nas produções analisadas identificou-se a prevalência de acesso aos documentos orientativos do MDS, enquanto os materiais disponibilizados pelo CFP – e seus colaboradores – ainda aparecem como sendo esclarecedores quando acessados pelas(os) psicólogas(os). Contudo, apesar de não conter um ‘passo a passo ou um *checklist*’ específico para atuar no CRAS – e realmente não se acredita caber tal ousadia – não se pode deixar de destacar que tais Orientações Técnicas representam um avanço significativo para dimensionar a prática profissional no campo. Muito embora, ainda seja necessário aparar algumas arestas, o que torna importante o investimento em atualizações constantemente.

Ainda, identificou-se que os impactos decorrentes do mundo do trabalho também atingiram psicólogas(os) mais diretamente quando passaram a se inserirem na política pública, sendo trabalhadoras(es) assalariadas(os). Ademais, as dimensões da precarização social do trabalho foram salientadas por todos os estudos, a partir de um discurso predominantemente pela falta – de estrutura, de investimentos, de espaços formativos, de vínculos permanentes. Apesar disso, identificou-se uma(um) profissional que está disposta(o) a ocupar outros espaços, que reconhece a necessidade de ter mais conhecimento/se aprimorar, e mesmo ainda que muito timidamente, tenta se organizar coletivamente.

Dessa forma, acredita-se que a contribuição dessa metassíntese foi justamente ter se debruçado sobre a temática. Na medida em que ter presente o que já construímos, certamente facilitará a caminhada futura, na medida em que ao conhecer as dificuldades e os principais obstáculos, ampliamos nossas lentes em direção ao que podemos traçar e avançar. Por fim, uma das limitações do estudo se deve ao fato de não ter conseguido acessar integralmente o conteúdo de todas as produções realizadas no intervalo de tempo delimitado por essa metassíntese, de modo que estudos futuros podem contemplar novos resultados e ampliar a compreensão aqui apresentada. Destaca-se ainda, a importância da pós-graduação no país, na medida em que tem se constituído em um locus privilegiado de reflexão e análise crítica da realidade social, aspecto tão caro à psicologia e suas práticas profissionais.

Referências

- Brasil (2006). *Norma operacional básica de recursos humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS*. Resolução do CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006, publicada no D.O.U. em 26 de dezembro de 2006. Brasília.
- Brasil (2013). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Política Nacional de Educação Permanente do SUAS*. 1.ed. Brasília: DF.
- Conselho Federal de Psicologia (CFP) & Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) (2016). *Nota técnica: Parâmetros para atuação das (os) profissionais de Psicologia no âmbito do SUAS*. Brasília: DF.
- Cordeiro, M. P. (2018). O Sistema Único de Assistência Social (SUAS): uma breve introdução. In: M. P. Cordeiro, B. Svartman & L.V. Souza (Orgs.), *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas* (pp. 63-80). São Paulo: Instituto de Psicologia.
- Cordeiro, M. P., & Curado, J. C. (2017). Psicologia na Assistência Social: um campo em formação. *Psicologia e Sociedade*, 29(e169210), 1-11 doi: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29169210>
- Costa, A. L. F., & Oliveira, I. F de (2020). Psicologia e Políticas Sociais: uma análise marxista. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 74(e020),1-23. doi: <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP-2022v74.19679>

- Couto, B. R., Yazbek, M. C., & Raichelis, R. (2017). A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: B. R. Couto, M. C. Yazbek, M. O. da S. e Silva & R. Raichelis (Orgs.), *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento* (pp. 61-94). 5.ed. revisada e atualizada. São Paulo: Cortez.
- Dimenstein, M. & Macedo, J. P. (2012). Formação em Psicologia: requisitos para atuação na atenção primária e psicossocial. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32 (spe), 232-245. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000500017>
- Druck, G. (2016). A indissociabilidade entre precarização social do trabalho e terceirização. In: M. O. Teixeira, H. Rodrigues & E. D. Coelho (Orgs.), *Precarização e terceirização: faces da mesma realidade* (pp. 35-58). São Paulo: Sindicato dos Químicos-SP.
- Macêdo, O. J. V., Lima, C.M. D., Brito, F. H. S., Souza, J. N. P., Sousa, N. K. M., Sousa, S. P., & Dias, S. G. (2018). Atuação dos profissionais de Psicologia nos CRAS do Interior da Paraíba. *Temas em Psicologia*, 26(2), 1083-1097. doi: <https://doi.org/10.9788/TP2018.2-20Pt>
- Macedo, J. P., Fontenele, M. G., & Gomes, R. W.da S. (2022). Psicologia e Assistência Social: Crise e Retrocessos Pós-Encerramento do Ciclo Democrático-Popular. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42(n.spe), 1-14. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262852>
- Maheirie, K., Miranda, P. R. de A., Sawaia, B. B. & Iñiguez-Rueda, L. (2021). Psicologia nos CRAS: uma análise do dissenso e dos processos de coletivização. *Psicologia e Sociedade*, (33), 01-17. doi: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33232754>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (2005). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Brasília. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Nery, V. (2018). A Psicologia no SUAS: interdisciplinaridade nos cotidianos de trabalho. In: M. P. Cordeiro, B. Svartman, B. & L. V. Souza (Orgs.), *Psicologia na*

- Assistência Social: um campo de saberes e práticas* (pp. 96 – 113). São Paulo: Instituto de Psicologia.
- Oliveira, A. A. S. de, Trancoso, A. E. R., Bastos, J. de A., & Canuto, L. T. (2015). Metassíntese: Apontamentos para sistematização de revisões amplas e críticas interna à produção científica. *Atas do 4º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa e 6º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação*, 147-152.
- Oliveira, I. F. de, & Paiva, I. L. (2016). Atuação do psicólogo no campo das políticas sociais: mudanças e permanências. In: D. U. Hur, & F. L. Júnior (Orgs.), *Psicologia, políticas e movimentos sociais* (pp. 142- 156). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Oliveira, I. F. de, Maheirie, K., Machado, F. V., Motta, R. F., & Minchoni, T. (2017). Psicologia no contexto do SUAS: um olhar para o cenário e para as tendências do trabalho na Política de Assistência Social. In: A. A. S. de Oliveira (Org.), *Psicologia sócio-histórica e o contexto de desigualdade psicossocial: teoria, método e pesquisas* (pp. 289-306). Maceió: EDUFAL.
- Oliveira, I. F. de, & Costa, A. L. (2018). Psicologia e Política Social: história e debate. In: M. P. Cordeiro, B. Svartman, B. & L. V. Souza (Orgs.), *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas* (pp. 32-44). São Paulo: Instituto de Psicologia.
- Oliveira, I. F. de, Costa, V. C. A., & Yamamoto, O. (2022). A Psicologia no Brasil: uma história em construção. In: Conselho Federal de Psicologia (CFP) (Org.), *Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho* (pp. 11-41). Brasília: CFP.
- Pöttker, C., Arpini, D. M., & Brandolt, C. R. (2022). O trabalho em famílias em situação de violência intrafamiliar no CREAS: O ponto de vista de profissionais psicólogos. *Estudos de Psicologia*, 27(2), 203-213. doi: <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20220019>
- Raichelis, R. & Arregui, C. (2021). O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. *Serviço Social e Sociedade*, (140), 134-152. doi: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.242>
- Sawaia, B. B. (2014). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: B. B. Sawaia (Org.), *Artimanhas da exclusão: análise*

- psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 99-120). 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sawaia, B. B. (2016). Conferência de Abertura. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP). *Caderno temático nº17 - Psicologia na Assistência Social e o enfrentamento da desigualdade social* (pp. 22-27). São Paulo: CRP SP.
- Sawaia, B. B., Albuquerque, R. & Busarello, F. R. (2018). Apresentação. In: B. B. Sawaia, R. Albuquerque & F. Busarello (Orgs.), *Afeto & Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial* (pp. 17-27). São Paulo: Alexa: Embu das Artes/Editora UFAM.
- Senra, C. M. G. (2018). O grupo no condomínio: relato de experiência sobre a atuação do psicólogo no CRAS. In: M. P. Cordeiro, B. Svartman, & L. V. Souza (Orgs.), *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas* (pp. 179-189). São Paulo: Instituto de Psicologia.
- Scott, J. B., Santos, A. G. dos, Sousa, B. S. de, Solon, A. F. A. C., & Oliveira, I. F. de (2020). Articulações da psicologia no território: Intersetorialidade na proteção social básica. *Psicologia Política*, 20(49), 654-666. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000300015
- Trancoso, A. E. R., & Oliveira, A. A. S. (2016). Aspectos do conceito de juventude nas Ciências Humanas e Sociais: análises de teses, dissertações e artigos produzidos de 2007 a 2011. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 11(2), 278-294. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v11n2/02.pdf>
- Yamamoto, O. H. (2007). Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia e Sociedade*, 19(1), 30-37. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000100005>
- Yamamoto, O.H., & Oliveira, I. F. de (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(spe), 9-24. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500002>
- Yazbek, M. C. (2018). Proteção Social e crise no Brasil contemporâneo. In: R. Raichelis, Vicente, D., & V. Albuquerque (Orgs.), *A nova morfologia do trabalho no serviço social* (pp. 88-107). São Paulo: Cortez.